

AS CRÔNICAS DO CAPITAL: O ESTADO, A MODERNIDADE E POLÍTICAS SOCIAIS

Jackson Leal da Silva¹

RESUMO:

O presente trabalho aborda a problemática relação envolvendo o Estado, a Modernidade e as Políticas Sociais. Para isto, utiliza-se de um jogo de metáforas e papéis retirados do filme *As Crônicas de Nárnia 1: O Leão, e Feiticeira e o Guarda-roupa*; filme que guarda simetria com o título deste trabalho e com as características dos institutos elementares nesta relação conflituosa entre assistência social e perpetuação sistêmica. O transcurso desta análise parte de um breve histórico acerca dos paradigmas de assistência social, suas práticas e concepções; para análise central do papéis desenvolvidos modernamente e que guarda profunda e lamentável semelhança com o filme citado; e chega-se a proposição de um enigma de políticas sociais. Que estas não sejam dadas pura e unicamente pelo Estado, e sim construídas e vivenciadas na prática das construções sociais, a partir de uma dinâmica emancipatória e genuinamente cidadã. Realiza-se tal abordagem a partir de uma metodologia eminentemente bibliográfica, e parte-se de uma análise crítico-reflexiva.

Palavras-chave: políticas sociais; modernidade; Estado; alargamento de cidadania;

ABSTRACT:

*This paper addresses the problematic relationship involving the state, Modernity and Social Policy. For this, we use a set of metaphors and roles from the film *The Chronicles of Narnia 1: The Lion, and Witch and the Wardrobe*; film that keeps the symmetry with the title of this work and the characteristics of the basic institutions in this respect conflict between social assistance and systemic perpetuation. The course of this analysis begins with a brief history about the paradigms of social assistance, their practices and concepts, to analyze the central roles in modern and developed profound and regrettable that holds resemblance to the aforementioned film, and you arrive at the proposition of a puzzle social policies. They are not given purely and solely by the state, but constructed and experienced in the practice of social constructs, from an emancipatory dynamic and genuinely citizen. Held this approach from a methodology eminently literature, and part is a critical and reflective analysis.*

Keywords: social policies, modernity, state, extending citizenship;

¹Doutorando em Direito pela UFSC. Bolsista da CAPES. Advogado.

Introdução:

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação complexa e dialética que se desenvolve entre o Estado, a modernidade e políticas sociais.

Utilizando-se de uma abordagem que parte do título traduzido à língua Portuguesa do primeiro filme da série “As Crônicas de Nárnia” - O leão, a feiticeira e o guarda roupa². Salientando que na análise e interpretação se utilizará de alguns traços apresentados pelos personagens do filme para analisar e destacar um paralelo com a dinâmica político-econômico-social contemporânea.

Muito embora o filme não tenha como objetivo propiciar esta reflexão (provavelmente, pois não se pode afirmar categoricamente), se trata de um reflexo criativo que surge a partir dos estudos da estrutura moderna capitalista envolvendo essas três figuras ficcionais. E a partir desta abordagem que entrelaça ficção e realidade propõe-se a análise de como se inserem as políticas sociais (guarda roupa mágico), sua instituição e desenvolvimento, em meio a esta relação existente entre a sociedade e a luta voraz do sistema capitalista moderno por demanda consumidora e obediente, cuja dinâmica é ditada pelo Mercado (a rainha dourada da modernidade), e que tem as suas relações permeadas por um personagem não menos importante, ou igualmente decisivo, que é o Estado (leão) neoliberal.

Apresenta-se este jogo de palavras, personagens e figuras para demonstrar a intrincada relação entre esses elementos a constituírem trama social em sua fase atual a partir da lógica da fragmentação social, tão bem trabalhada por Zygmunt Bauman em Modernidade Líquida (2001), e que em parte instigou o presente trabalho.

Neste sentido, abordam-se os elementos conformadores da dinâmica contemporânea em que se desenvolvem as políticas sociais, no seio da modernidade e a partir de dinâmicas eminentemente público-Estatais. Esta dinâmica relacional e intrincada produz o processo de esvaziamento do espaço da política, enfraquecimento do privado com a fragmentação social e o desenvolvimento de uma cidadania meramente midiática e pseudo-democrática.

A partir disto, propõe-se uma sociabilidade que passe ou que conflua por um enigma de políticas sociais. Que estas sejam produzidas na realidade das cotidianidades, calcada num processo de alargamento da concepção de democracia, efetivo exercício de cidadania e apropriação do espaço público e não meramente de planificações econômicas, jurídicas e discursos *politiqueiros/policialescos*.

Assim, objetiva-se o retorno do pensar a dinâmica política e suas políticas sociais e conseqüentemente a sua reconstrução, a partir da lente da interdisciplinaridade, bem como da *práxis reflexiva*, a fim de possibilitar um espaço autêntico de reflexão e discussão, pautado pela crítica e pela dialética, a avançar por critérios de demandas sociais, e não mais, pelo mero peso do investimento de capital e suas demandas consumidoras e individualistas.

²Título traduzido do filme que guarda simetria com o título de trabalho e os papéis a que se pretende atribuir a cada um dos conceitos/instituições sociais do paradigma social atual.

1. A imprópria confusão entre *Welfare State* e Políticas Sociais: um breve histórico

Inicia-se esta abordagem apresentando a política social, o *Welfare State* e suas origens, aproximações e distanciamentos.

A política social é um fenômeno anterior ao estado de bem estar, sendo toda prática comprometida com a mudança e tensionamento social em prol dos desamparados, despossuídos, dominados, menos favorecidos, não se reduzindo à prática estatal ou normativa. É uma prática e uma reflexão que se inicia assim que as relações de produção começam a gerar a desigualdade, portanto, pode-se afirmar que é tão antiga quanto a emergência da questão social e a conflitante relação entre capital e trabalho.

Entretanto, tem a sua construção mais acentuada com a Revolução Industrial e a sedimentação dos Estados Nacionais e a difusão dos direitos individuais e políticos, o que possibilitou às massas populares começarem a participar do *jogo* político. E, diante da pauperização geral e aguda ocasionada pela Revolução Industrial e a exacerbação do modelo liberal do capitalismo e a exploração que se seguiu, bem como das condições sub-humanas em que se vivia e trabalhava, que aos poucos se acentuou e acirraram-se os debates e embates por políticas sociais (PEREIRA, 2009).

Neste momento, passa-se à análise da trajetória da política social, desde os seus primórdios onde, inicialmente apresentavam uma característica de controle social e de uma faceta repressivista, até se chegar ao modelo do *Welfare State*.

Começa-se pelo modelo da Rainha Elisabeth (primeira) da Inglaterra, cujo principal instituto/prática aplicada eram as *Workhouses*, nas quais os indivíduos eram testados e levados às condições mais sub-humanas de vida e de trabalho, a fim de provar que realmente necessitavam da ajuda do governo. Caso conseguissem se submeter, era porque realmente necessitavam dos benefícios. Dir-se-ia que era uma condição probatória para a aplicação do instituto (PEREIRA, 2009).

Assim, tal paradigma era assentado no ideário de que os benefícios públicos aos desvalidos deveriam ser os piores possíveis, inferiores ao pior salário, para que fossem incentivados ao trabalho, como propõe Faleiros “o indivíduo era culpado de sua situação, legitimando-se essa ideologia por critérios morais, de uma moral natural. Como se o fato de existir pobres e ricos fosse um fenômeno natural e não o resultado do tipo de produção existente” (FALEIROS, 1995, p. 11).

Ademais, entendia-se que ser o cidadão (súdito) e beneficiário ou necessitado de benefícios públicos seria como se fosse o equivalente ao cometimento de um delito. Situação esta muito bem gerida pela burguesia da época que utilizava e se utilizava dessas pessoas como mão-de-obra mais do que escrava, não humana, tendo em vista as condições a que eram submetidas, não importando se eram mulheres, homens, velhos ou crianças; e assim obtinham altos índices de lucro através da mais-valia pura, através da super-exploração.

No alvorecer do Liberalismo puro com Adam Smith, mantém-se o mesmo modelo de seguridade, calcada no ideário de que os benefícios desestimulavam a mão-de-obra. Portanto, tal condição de desumanidade seria uma política defensora da ideia do capital e do trabalho ativo.

Este modelo de política social que se desenvolveu no período pré-industrial e no desenvolvimento e até o auge da Revolução Industrial e estruturação do modo capitalista de produção produziu um enorme contingente de desvalidos, famintos, doentes,

mutilados [...].

E é neste contexto que começa a surgir e ganhar força a discussão acerca de políticas públicas e de responsabilização do Estado por este contingente. E neste meio que surge a Sociedade Fabiana ao final do século XIX na Inglaterra que preconizava a luta de classes mais aguda e a revolução proletária, e acreditavam na transição a socialismo através de mudanças a partir e de dentro do próprio sistema capitalista através da ideologia e da educação e demais pequenas ações modificativas da sociedade. E a partir disto, posteriormente, tem-se o modelo do Plano Beveridge, (Inglaterra), de assistência universal que previa seguros e benefícios para desempregados, doentes, idosos (PEREIRA, 2009).

Demonstrando ser uma mudança política-social com forte componente ou fundamento também econômico, que apresenta um paulatino processo de tomada de consciência, assim, de crescimento da esquerda (revolucionário e contestatária) e de igual forma, como estratégia de manutenção, modificações sensíveis na direita (governista, sistêmica e capitalista).

Fortalece-se ainda, a tese de que tais pessoas se encontravam nesta condição por conta do sistema que as produzia, mantendo e piorando a situação desses indivíduos e não mais a teoria da ontológica condição de pobre, ou seja, por desvios pessoais e morais. Sendo um dos grandes fundamentos da obrigação do Estado em provê-los de algum sustento.

Vale referir ainda a própria tomada de consciência por parte de executores, controladores e pensadores do sistema capitalista, que tal condição ocasionaria revoltas, e ainda, pretendendo sempre a ampliação dos lucros e dos níveis de produção, necessário se faria a qualificação de mão-de-obra, o que era impossível a partir de tais condições de tratamento e trabalho. Neste sentido, assevera Potyara Pereira sobre esses aspectos:

os líderes do novo liberalismo preocupavam-se com a eficiência econômica e com a competitividade internacional e estavam cientes de que a defesa nacional e o fortalecimento da economia tinha estreita relação com o bem-estar dos trabalhadores e a população em geral. Essa consciência se tornou mais clara durante o recrutamento de jovens do sexo masculino para o serviço militar, quando se constatou que a maioria deles não estava apta a exercê-los, dada a sua debilidade física. Fica claro, assim, que a política social desse período constituiu um fator de preparação de recursos humanos para fazer face às demandas da sociedade industrial altamente competitiva (PEREIRA, 2009, p. 86)

Assim, demonstra-se um pouco da trajetória da política social e a criação do *Welfare State* e a passagem de um modelo paternalista, caritativo, punitivo, para um modelo mais consciente das necessidades do capital.

Era a tomada de consciência do sistema no sentido político e social, ambos estratégicos. Necessidades que vão desde a mão-de-obra qualificada, saudável e dos maiores índices de produção e lucro, até a desmotivação de movimentos que se criavam em torno das crises e das péssimas condições de vida e de trabalho, ou seja, uma estratégia perpetuadora do sistema de produção e seu modelo político.

Assim, é o entendimento de Potyara Pereira sobre esta nuance metamórfica da política social vista pela lente do capital e de seus intentos com a política social que serve de ferramenta legitimadora e pacificadora:

seu surgimento, por conseguinte, está relacionado a demandas por maior

igualdade e reconhecimento de direitos sociais e segurança econômica, concomitantemente com demandas do capital de se manter reciclado e preservado. É por isso que autores como Gough vêem o Welfare State como um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista (PEREIRA, 2009, p. 87)

Apresentada a política social como categoria de análise e atuação autônoma, passa-se então, a abordagem do *Welfare State* que, diferentemente, tem a sua característica básica de ser vinculado ao Estado e a um período determinado, o próprio século XX do pós II Guerra Mundial e a reação às crises daí advindas.

Inicialmente, não se poderia deixar de citar o modelo Beveridge que surge na Inglaterra do auge da Revolução Industrial e a partir de discussões acadêmicas que surgem no seio da “Sociedade Fabiana”³, para os quais a seguridade social seria um dever do Estado e a sua cobertura deveria ser universal.

Para muitos, foi a ou uma das origens do *Welfare*, que diferentemente do que se diz, começa a se construir e se tecer no século XIX. Após, e inspirada por Lord Beveridge, cumpre salientar também, o modelo de Otto von Bismarck na Alemanha, que guarda uma diferença básica do modelo inglês, que é a seguridade dirigida à contribuintes e a vinculação determinante ao mercado de trabalho.

Desses modelos, vale salientar alguns elementos que foram de grande inovação no pensamento da época de liberdade total do capitalismo, ou seja, um campo totalmente hostil à política social. Inovações tais como a ideia de dever do Estado para com pessoas desafortunadas ou vítimas de contingências; ser beneficiário deixa de ser um estigma, e passa a ser um exercício de cidadania; e o crescimento com o gasto social, em um período exacerbadamente liberal, e com altas margens de lucro, era uma singela divisão das *fatias do bolo*.

Uma outra nuance importante das diversas formas de desenvolvimento multifacetado do *Welfare State*, avançando-se um pouco no tempo e que marcou na historicidade social, foi o preconizado por Keynes, com o modelo político-econômico chamado de keynesianismo. Tal modelo ficou conhecido como reação à crise em que se encontravam os EUA após a crise de 1929 e o *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, por conta do liberalismo clássico e da liberdade total concedida ao capital. Assim, surge o modelo de recuperação chamado *New Deal* do presidente Delano Roosevelt. Que pretendia a intervenção do Estado na economia e a sua planificação e que para a proteção social legou a aplicação do pleno emprego entre outros benefícios sociais que marcaram o *Welfare State* de viés americano-keynesiano (BOSCHETTI; BEHRING, 2008).

Assim, o modelo Beveridgeano e o Bismarckiano e as suas várias experimentações (que variaram de país para país) dividem o mérito de terem criado o *Welfare State* que começa no final do século XIX em termos de forja teórica e se desenvolve predominantemente no século XX em termos práticos.

O *Welfare State*, em suas diversas modalidades e aplicações, demonstra que

³ Organização política britânica de esquerda, fundada no ano de 1884, por cientistas, escritores, políticos e intelectuais.

ainda que se tenha obtido diversos avanços em termos sociais no decorrer da historicidade político-social, como se pode verificar, estes sempre se processaram mantendo a lógica do sistema de produção. O que, por sua vez, deixa claro uma face de estratégia de preservação do próprio sistema, e ainda um esforço no sentido de desmantelamento e desencorajamento dos grupos e teorias de contestação e revolucionárias. Neste sentido, propõe Potyara Pereira, sobre este aspecto:

portanto, evidências empíricas atestam que o Estado de Bem-estar ao mesmo tempo em que teve como um de seus principais suportes grupos organizados da classe trabalhadora, garantiu a esses grupos oportunidades de maior mobilização e de estabelecimento de alianças de classe, fortalecendo-a em seu embate com a classe capitalista. Donde se conclui que o enfraquecimento ou desestruturação dos sindicatos contribuiria – como contribuiu – para a redução ou esvaziamento das políticas liberais do *Workfare* (estado do trabalho) ou das políticas neoliberais da era contemporânea (PEREIRA, 2009, p. 89)

Uma importante análise a ser feita é acerca da incongruência da justificativa liberal para o afastamento do Estado das questões sociais e a necessidade de não haver empecilho para o desenvolvimento do capital, devendo ser deixado para a mão invisível do mercado a regulação social.

Paradoxalmente o capitalismo e suas políticas desenvolvimentistas e imperialistas dominadoras não se desenvolveram totalmente livres, o *laissez faire* nunca foi tão livre assim, não tendo se proliferado e estruturado sem a mão visível do Estado, utilizando-se deste para impulsionar o desenvolvimento do capital e sua forma de produção e dinâmica política. Sendo esta uma das grandes incongruências por parte do ideário liberal que não encontra guarida fática e, portanto, legitimidade política.

Assim, para finalizar esta abordagem distintiva de Política Social e *Welfare State*, adotando-se como referencial teórico Potyara Pereira, cumpre assinalar que a política social não se confunde com a política pública, não estando atrelada indissociavelmente à esfera público/governamental, como está o *Welfare State* (PEREIRA, 2009). Neste ponto, já se encontra uma diferença. Política social se pode conceituar em dois sentidos. Num primeiro sentido como *práxis* social, engajada e comprometida com a realidade social desigual, no sentido de alterá-la, envolvendo nesta tarefa, a esfera pública, a privada, a sociedade civil, a ciência [...].

E ainda, seguindo na esteira da autora, num segundo sentido, como disciplina; pois, a política social científica e comprometida, não é produzida de forma impensada e automatizada, mas sim montada e movimentada por um pensar científico com categorias e estratégias próprias, lhe proporcionando um intento de alteração das bases que produzem as desigualdades, e não meros paliativos momentâneos. Neste sentido, define Potyara Pereira:

Isso quer dizer que o conceito de política social só tem sentido se quem a utiliza acreditar que deve (política e eticamente) influir numa realidade concreta que precisa ser mudada. É com base nesse comprometimento [...] numa eloquente reflexão acerca da pobreza, realça o caráter político e ético da política social, nestes termos: o simples fato de estudar pobreza já requer do estudioso (da política social) compromisso com a sua erradicação. Por isso, a pobreza não deve ser apenas um objeto de estudo, mas também de intervenção (PEREIRA, 2009, p. 171)

Nesta linha, buscou-se uma análise introdutório das bases em que se assenta o conceito e a procedimentalidade – ou seja, simbólica e material – da ideia de política social, para compreender a sua operacionalização e comprometimento de classe na

modernidade em sua fase contemporânea atual.

2. O conto da (des)regulação neoliberal e o mercado de políticas sociais

No presente ponto se aborda os elementos fundantes da relação intrincadamente complexa e que envolve o mercado da modernidade a partir da dinâmica neoliberal, e na qual ainda se encontram o Estado e as políticas sociais.

Paralelamente ao desenvolvimento desta análise argumentativa, traz-se uma ilustração de alguns papéis de tipo ideal, permitida a partir de uma matriz weberiana⁴ e que possibilita abordar esta dinâmica global, tanto no plano real como no da fantasia, assim também no âmbito teórico científico, e também no do senso comum.

Neste sentido, utiliza-se das metáforas (ou faz-se metáforas) a partir das figuras/personagens do filme “as crônicas de Nárnia”⁵ e a discursividade que a partir dele é viabilizada⁶.

Passa-se a trabalhar a luta travada no filme e que se reproduz na realidade, como sendo uma demonstração de incompatibilidade sistêmica entre interesses de classes, de grupos, ou da própria ideia de sistema e seus interesses que ganha vida e materialidade, com a de seus circunscritos historicamente alijados das dinâmicas decisórias e de poder. Pautando-se que não houve uma ruptura entre Estado Liberal e estado social, tendo sido modificações, mas não ruptura, ou seja, sem alterar as bases do sistema, sendo apenas algumas conquistas da classe trabalhadora que tomou consciência e passou a lutar e paralelamente se conquistou alguns direitos políticos e se passou a ter a possibilidade de fazer parte da arena política. Assim expõem Boschetti e Behring (2008, p. 63):

⁴Ainda que Max Weber seja um autor marcadamente de matriz positivista, a sua categoria “tipo ideal” permite que seja esta utilizada para propor críticas ao próprio sistema ao qual o autor acreditava, tais como a neutralidade axiológica, abstração, universalidade, objetividade, etc.. todos pressupostos epistemológicos do positivismo e que se sobrepõe a prática estatal moderna; mas a rica categoria do autor pode servir inclusive para contrapor justamente estes pressupostos e, para este trabalho, servirá para analisar a posição Estatal, as dinâmicas da modernidade e seu mercado e a concepção ordinária de política social como eminentemente política pública.

⁵A referência a que se faz é do primeiro filme da serie, denominado “O Leão, a Feiticeira e o Guarda-Roupa”.

⁶Para melhor compreensão, traz-se uma breve sinopse do filme a fim de não inviabilizar totalmente a compreensão dos que não o assistiram: Lúcia, Susana, Edmundo e Pedro são quatro irmãos que vivem na Inglaterra, em plena 2ª Guerra Mundial. Eles vivem na propriedade rural de um professor misterioso, onde costumam brincar de esconde-esconde. Em uma de suas brincadeiras eles descobrem um guarda-roupa mágico, que leva quem o atravessa ao mundo mágico de Nárnia. Este novo mundo é habitado por seres estranhos, como centauros e gigantes, que já foi pacífico mas hoje vive sob a maldição da Feiticeira Branca, Jadis, que fez com que o local sempre estivesse em um pesado inverno. Sob a orientação do leão Aslam, que governa Nárnia, as crianças decidem ajudar na luta para libertar este mundo do domínio de Jadis. (disponível em: <http://mundonarnia.com/portal/filme.html>).

Não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o estado social capitalista do século XX. Houve, sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais. Não se trata, então, de estabelecer uma linha linear entre o Estado liberal e o estado social, mas sim de chamar a atenção para o fato de que ambos tem um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo

Basicamente Boschetti e Behring (2008) entendem existir três elementos que fazem parte de qualquer modelo de *Welfare State*, independentemente de sua variante local ou política. Primeiro a inserção das políticas keynesianas de interferência do Estado da economia; segundo, instituição de políticas com vistas a melhorar a qualidade de vida e principalmente aumentar o mercado consumidor; e, terceiro, um grande acordo entre a esquerda e a direita.

Nesse sentido, cumpre frisar este último elemento, tendo em vista que deixa claro se tratar, em muito, de uma estratégia de perpetuação do próprio sistema, já que se visualizava as fendas deixadas pelo próprio desenvolvimento natural e desregulado da economia e do modo de produção capitalista.

No que diz respeito à esse ponto, traz a metáfora de tipo ideal de sociedade civil representada no filme pela variada gama de espécimes e figuras mitológicas sob o comando do estado Leão que em um primeiro momento se rendem às promessas da Rainha de Ouro da Modernidade Feiticeira, que dentro de pouco tempo a todos e a tudo transformou em objeto de seu desejo incessante de produção de lucro. Este primeiro momento de fascinação foi suficiente para o desmonte da crítica e da temporária conciliação da sociedade com o paradigma da Modernidade Feiticeira. E esta sociedade que tem uma relação muito ligada ao Estado, é de grande importância a colocação de Claus Offe acerca da relação desenvolvida entre Estado e sociedade e que é no mesmo sentido desta linha de análise metafórica proposta a partir do filme:

Em qualquer Estado moderno os cidadãos estão sempre estruturalmente relacionados à autoridade estatal basicamente de três maneiras. Os cidadãos são coletivamente os criadores soberanos da autoridade estatal, são potencialmente ameaçados pela força e coerção estatal organizada e são dependentes dos serviços e das provisões organizadas pelo Estado. A noção de cidadania nos Estados do bem-estar liberal-democráticos envolve três aspectos: primeiro, os cidadãos constituem a principal fonte da vontade política coletiva[...] segundo, também são os sujeitos contra quem essa vontade pode ser imposta e sujeitos direitos e liberdades civis, ao constituírem uma esfera autônoma de ação social, cultural, política e econômica privada, impõem limites a autoridade do Estado; e, finalmente, são clientes que dependem dos serviços, dos programas e dos bens coletivos fornecidos pelo Estado, para garantirem seu bem-estar social e cultural [...] vê-se logo que estes três componentes do conceito de cidadania tem suas raízes ideológicas nas teorias políticas do liberalismo, da democracia e do Estado do bem-estar respectivamente (OFFE, 1995, p. 267)

Assim, a relação moderno-liberal entre sociedade e Estado é conflitante e cambiante; essa relação de conciliação/conflito pode ser representada pela figura do Estado Leão, outro tipo ideal metafórico que se apresenta de forma intermitente, pois

periodicamente sai de cena, deixando a sociedade sozinha em seu jogo/luta com a modernidade, por ora faz transações de um lado, por ora, se agrega a outro e na fenda deles se situa, não defendendo os interesses da sociedade, mas também sem ter coragem política de se filiar ao ideário puro do capital e da modernidade, demonstrando ser um soberano sem nação. Nesta linha é interessante a colocação de Faleiros citando Poulantzas referindo-se à esta intermitência da atuação estatal entre os interesses do social e do mercado:

Poulantzas admite mesmo que o Estado capitalista pode realizar uma política anti-capitalista a curto prazo, mantendo os interesses do grupo do poder a longo prazo. Mas as concepções de produção capitalista, onde devem por um lado assegurar a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e por outro lado, garantirem o clima social necessário a esta acumulação (FALEIROS, 1995, p. 47-8)

Neste sentido, em que se insere apropriadamente novamente a contribuição de Faleiros, a título de confirmar ou infirmar esta ideia de Estado neutro/mediador destes paradigmas de *Welfare State* reais ou fictícios:

A base das desigualdades, [...] está na exploração e não no indivíduo. O Estado, ao aparecer como consensual, vem esvaziar as lutas de classes e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas depois de muita pressão por parte destas últimas, o que mostra seu compromisso com as classes dominantes (FALEIROS, 1995, p. 23)

Ademais, poderia se acrescentar a esta ilustração, que poderia se tratar da ideia de alguma figura transcendental de Deus e seu representante na Terra, a monarquia. Entretanto, no paradigma contemporâneo a figura da representação teocêntrica foi subvertida pela ideia de Estado laico, por isso a aproximação da figura à do Estado Leão, que melhor condiz coma dinâmica de governabilidade moderna no período neoliberal.

Assim, passa-se à análise da crise do *Welfare* e de suas políticas. Crise que consiste no processo de retração do estado de bem-estar vivido nos países desenvolvidos, e da frustração das expectativas de bem-estar dos países que se abriram ao desenvolvimento e ao ideário do *Welfare State* liberal-capitalista; e ainda, que se deu por conta do processo de maturação do capital ter se completado e não mais ter a pretensão de remediar seus efeitos, por estarem suficientemente difundidas a sua ideologia e de a sua dinâmica de reprodução estar ultrapassando qualquer limite, ou não ter mais limites. Assim explicitam Boschetti e Behring (2008, p. 113):

Porque maduro? É uma referência ao desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerando esgotado seu papel civilizatório. Assim, a ideia de maduro remete ao aprofundamento e à visibilidade de suas contradições fundamentais, e às decorrentes tendências de barbarização da vida social

Mas em que consiste esta maturação do capital e do mercado? Novamente a partir da contribuição de Behring e Boschetti, onde explicitam:

A automação intensifica as contradições do mundo do capital, quais sejam: a socialização crescente do trabalho agregada à redução do emprego e à apropriação privada; produção de valores de uso e a realização de valores de troca; o processo de trabalho e o de valorização. Nesse sentido é que se coloca a questão da maturidade do mundo do capital, com um forte desenvolvimento das forças produtivas, em contradição cada vez mais intensa com as relações de produção. Nessas contradições residem os limites históricos para a onda longa de expansão e a entrada em um período de estagnação, a partir do início dos anos 70, que colocavam uma nova condição para a implementação de políticas

sociais [...] o sonho marshalliano da combinação entre acumulação, equidade e democracia política parecia estar chegando ao fim. Na verdade, o avanço, já nesse momento, do processo de internacionalização do capital foi o grande limitador da eficácia das medidas anticíclicas dos estados nacionais (BOSCHETTI; BEHRING, 2008, p. 115-6)

Vê-se que se trata de um contra-golpe do próprio sistema capitalista que subjugava as próprias estratégias capitalistas de apaziguamento e legitimação, porque não eram mais necessárias, já que a ideologia do capital é imperante e inquestionável ou se tornaram muito caras e pesadas para o sistema. Ou ainda, porque o sistema possivelmente tenha ultrapassado a necessidade de qualquer legitimação ou reconciliação, tornando-se maior que os grupos de indivíduos e mais importante que os Estados nacionais. Vale mencionar ainda, que fica clara a constatação de que, ainda que fossem muito atraentes e tentadoras as propostas do *Welfare*, demonstra-se que a essência do problema não tinha sido sequer tocada, ou seja, a questão social de que falava Marx mantinha-se a mesma, os meios de produção permanecendo nas mãos de uns poucos, e o grande contingente proletário fez um acordo que agora cobra seu preço (BOSCHETTI; BEHRING, 2008).

E neste sentido em que se caracteriza e se perfaz a metáfora como sendo o outro tipo ideal que se utiliza na presente análise, a da Rainha de Ouro da Modernidade Feiticeira, que mantém uma rígida dinâmica de controle sobre seus cidadãos através do poder de controlar o frio, o gelo, que representa a distante e fragmentada relação entre esses circunscritos, a partir de uma ideia de fragmentação que viabiliza a manutenção do sistema proposta por Bauman (2001).

Realisticamente, a modernidade globalizada é adotada na conceituação dada por Lucia Cortes da Costa:

é um complexo processo desencadeado pela forma de produção e circulação de mercadorias, exponenciado a partir da segunda metade do século XX, dado um enorme avanço tecnológico. Ao lado do avanço da internacionalização da produção, a globalização também adquire o caráter de um movimento político, cultural e valorativo, na medida que difunde um tipo de sociedade, a sociedade capitalista, como a única possível [...] a globalização também está sendo colocada como a ocidentalização do mundo. A padronização dos indivíduos dentro de uma sociedade de consumo e produção globalizados (COSTA, 1999, p. 36-7)

Desta feita, e retornando a esteira proposta por Bauman (2001), o poder da modernidade feiticeira se faz através do medo disseminado pela sua vigilância onnipresente e onipotente e onisciente. Ao passo que tem o poder de conceder todos os desejos de cada circunscrito de forma imediata, como num passe de mágica. O que em pouco tempo se mostrou uma das suas principais falácias que lhe permitiram a posição de hegemonia e inquestionabilidade na estrutura societária.

Pode-se apontar ainda, que no decorrer do processo de intensificação industrial, o sistema do capital apercebeu-se do valor de consumo que continha em outros setores, como os de serviços, que demandam mão-de-obra mínima, ou até mesmo setores passíveis de serem tornados em bens de consumo que não demandam mão-de-obra ou grandes custos – o que acarreta o desemprego estrutural –, situação que se torna o início do rompimento com o social, tendo em vista a invasão do capital em todos os setores e a sua internacionalização (mercado financeiro de capitais e especulação) que proporcionou a autorreprodução do capital.

Esta é a situação política em que se encontra o *Guarda Roupas Mágico* das

Políticas Sociais no período contemporâneo. Inserido e mergulhado no paradigma do neoliberalismo e na sua dinâmica de reajustes estruturais e de um Estado cada vez mais heterônomo, ou seja, submisso a dinâmica do capital, o que redundou em retração dos gastos com políticas e garantias sociais.

Assim, permite trazer a terceira figura elementar conformadora da dinâmica contemporânea, utilizando-se da metáfora tipo ideal do *Guarda-Roupa Mágico* das Políticas Sociais, que diz respeito à grande promessa da modernidade tardia ou não e que viabilizou a sedimentação de uma estrutura que vai além das meras estratégias de governabilidade, e sim se trata de um paradigma sistêmico e ideológico.

Através da difusão/promessa de um bem-estar geral ocasionado por altos índices de crescimento, acarretaria uma elevação dos níveis de vida e a conseqüente diminuição ou controle do risco social. Mas o que se percebe é um elemento adicional, mas fundamental, que é a disparidade/desigualdade dessas mudanças em padrões de vida e de risco social, criando um fosso quase intransponível para a grande massa social, que fica mergulhada em sua condição de subalternidade.

Assim, ingressa-se nesta lógica mágica encontram-se em um mundo novo de oportunidades e novidades todas ao alcance das mãos ou num estalo de dedos, entretanto, todas também a um preço certo e as vezes impagável para contingentes imensos de indivíduos; que se deparam com uma realidade complexamente nova de sociabilidade que as seduz, e na qual tudo passa pela *Rainha de Ouro da Modernidade Feiticeira* que desenvolve a partir de uma relação antagonismo e complementaridade com o *Estado Leão* guardião da dinâmica desta novíssima sociedade.

Para que este modelo conseguisse esta reviravolta no próprio paradigma de bem-estar que haviam criado, foi o discurso da incapacidade de custear tal modelo e apenas com a estabilidade monetária e aumento das taxas de lucros, bem como a contenção de gastos sociais e aceitabilidade de certa margem natural de desemprego que se conseguiria por em marcha para frente novamente os Estados nacionais.

Entretanto, tal estratégia discursiva legitimante não é capaz de sustentar a si mesma. Tendo em vista que tais medidas foram tomadas, e contando já com 20 anos de tais reajustes estruturais nacionais e internacionais, não se consegue retomar o investimento social que se realizou no período de bem-estar, nem sequer ampliar os índices de investimento produtivo ou capital fixo. O que coloca em xeque a estratégia e os dogmas neoliberais, demonstrando serem apenas estratégias para desmontar a estrutura que se havia construído e forjado a fim de suportar a estrutura desigual erigida pelo modo de produção e sociabilidade capitalista.

Com efeito, nesta situação é que se insere a realidade brasileira ou à metafórica irrealidade de Nárnia, um país ou localidade com um projeto legal/ discursivo promissor, mas com um nível de efetividade e avanço social mínimo, demonstrando acompanhar a heteronomia político-ideológica, deixando o país sob os ditames do capital - que não possui mais nação (desterritorialização) -, e que determina a retração de níveis sociais em todos os cantos do mundo, sempre em prol do aumento das taxas de lucro, já denominados de super-lucros e da dominação, e da antiga questão social de que tratava Marx em alta, ou seja, o capital demonstra que não encontra mais limites para o seu desempenho em níveis de produtividade e em níveis de desigualdade e exploração.

Neste sentido, para explicitar o que foi e tem sido esta grande promessa do *Guarda Roupa Mágico* das Políticas Sociais, sua atualidade e propriedade, forjado no paradigma da *Rainha e Ouro da Modernidade Feiticeira*, ou simplesmente um recorte do

recente período neoliberal brasileiro Boschetti e Behring (2008, p.155-6) asseveram:

Já sabemos que a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social foi fortemente tencionada: pelas estratégias de extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. Tudo isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização e flexibilização das relações de trabalho e dos direitos. Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização

Assim, passa-se, em muito de política social para uma articulação de assistencialismo focalizado, tendo em vista que, no período atual da modernidade, se tornam estratégias de abrandamento da degradação/deslegitimação do discurso político/ideológico. E assim, a política social e as práticas modernas de assistencialismo focalizado não devem se confundir, pois se trata esta, de uma resposta intencionalmente pífia de contornar os efeitos da própria dinâmica da sociedade de mercado, como que retomando o ideário da lei dos pobres e a sua intencionalidade de desestimular o ócio, entretanto com uma justificativa discursiva de incapacidade financeira calcada na crise do Poder Público em prover tais direitos e garantias. Neste sentido coloca Offe:

Uma delas refere-se à patente incapacidade dos governos – inclusive dos social-democratas – de aplicar terapias causais e preventivas aos problemas sócio-econômicos que o Estado do bem-estar precisa, então, solucionar de maneira *ex post* e compensatória dedicando-lhes um volume cada vez maior de dinheiro (OFFE, 1995, p. 315)

Na mesma linha enfatiza Maria Lucia Werneck Vianna “o sistema de proteção social no Brasil continua universal na letra da lei. No entanto ganha cada vez mais foros de unanimidade a ideia de que a política social é, por excelência, algum tipo de ação voltada para os excluídos e, por definição focalizada” (VIANNA, 2008, p. 2). Com isso, permite-se afirmar e, trabalhando sobre uma tipologia proposta por Di Giovanni (2009), em seu diagrama 1, para além das estruturas por ele propostas, existem as três metaestruturas carregadas de valores e conceitos, que se tentou brevemente apresentar neste trabalho, sendo elas: a sociedade, a modernidade e o Estado. Estas três instâncias são conformadoras ou podem ser deformadoras das políticas sociais conforme a carga ideológica ou o paradigma a que servem.

Neste sentido, permite-se entender por algumas alterações, com a vênua do autor, acerca das estruturas propostas e suas dinâmicas, como apresentada no anexo 1 deste trabalho. Elementos adicionais que se utilizou das metáforas apresentadas a fim de explicitar as dinâmicas sistêmicas que se produzem e que sobre as políticas sociais reflete/incidem diretamente.

A partir desta abordagem, se entende que a estrutura formal e a estrutura

material são da alçada do Estado, e a estruturas substantiva e simbólica são da esfera da sociedade. Entretanto, ambas estas metaestruturas se chocam ou são permeadas pela ideologia do mercado e da modernidade capitalista, o que reflete diretamente nos valores e nos interesses (na esfera da sociedade p.ex.) e em questões práticas e pontuais como custos e objetivos (da esfera público-estatal).

Estes argumentos é que instigam a necessidade de uma ruptura paradigmática, para que uma nova concepção e prática em políticas sociais seja viabilizada a partir da sociedade e não eminentemente veiculada pelo público-estatal, mas pelo espaço público de todos na política.

Após esta abordagem analítica da trama envolvendo as políticas sociais, o Estado e a Modernidade, é que exsurge a necessidade de trabalhar o paradigma societário tendo em mente uma ideia alargada de política feita esta com 'P' maiúsculo como trabalhado por Bauman (2001), ou ainda, um paradigma de fenômenos jurídicos complexos e plurais como propõe Antonio Carlos Wolkmer em seu pluralismo jurídico (1997; 2006; 2010), ou ainda intercomunicando e potenciando a grande diversidade e riqueza de culturas e experiências, de dores e saberes, viabilizando uma cidadania insurgente e uma sociabilidade contra-hegemônica como trabalhado por Boaventura S. Santos (2000; 2006) e por fim, que podem ser projetados e levados a cabo a partir dos próprios indivíduos, não mais se ancorando no Estado de forma indissociável e refém, como propõe Alain Touraine (2007).

Concepções estas que permitem trazer a última metáfora de tipo ideal materializada na sociedade infantilizada, representada no filme pelos irmãos protagonistas e pela variada gama de espécimes mitológicos que representam a diversidade, encerrando esta trama político-social cinematográfica, onde sociedade fugida da segunda guerra mundial é reconhecida como sendo os grandes capazes de realizar a profecia da soberania popular e sobrepujar o paradigma da fragmentação da rainha de ouro da modernidade.

Assim, com o auxílio fugidivo do Estado, mas não mais deste dependente, e tendo ainda, como grande aliado ou principal característica a sua imensa pluriversalidade de seres e culturas, necessidades e potencialidades, dores e saberes. Tema este que será melhor trabalhado no próximo ponto.

3para um enigma das políticas sociais: a profecia da soberania popular

Inicialmente, cumpre explicitar do porque de um enigma. Na esteira teórica proposta pelo prof. Luiz Antonio Bogo Chies e Marcelo Oliveira de Moura, retomando ainda Luiz Alberto Warat:

um enigma pode ser resolvido. Um mistério é insolúvel por sua própria natureza. Nesse sentido, o enigma se opõe ao dogma, uma vez que este é crença de fé a partir de um mistério, enquanto aquele é a expressão de algo que exige ser enfrentado (com postura crítica em nosso entender) (CHIES; MOURA, 2005, p. 16)

E tal abordagem se justifica num sentido de tentar sair do empirismo com que têm sido tratadas as políticas sociais, e desta feita, não se tem permitido a mudança do real, analisa-se e teoriza-se a partir do real – uma hiper-realidade (VIANNA, 2008). Assim é que esta abordagem pretende transcender o real, para tentar irromper com o real dado e tentar pensar e produzir um real novo e construído alternativamente. Nesta mesma

linha, traz-se a contribuição de Maria Lucia Werneck Vianna:

Políticas sociais [...] são ademais, objeto de dissertações e teses de pós-graduação, de artigos em revistas especializadas, de vasta produção, nas várias áreas das ciências sociais e dos chamados campos multidisciplinares do conhecimento. Da mesma forma (ou simultaneamente), a questão social tornou-se ponto de convergência de expressiva quantidade de análises acadêmicas. Na maior parte dos trabalhos, contudo, a tendência que sobressai, tanto nos que versam sobre políticas sociais quanto nos que examinam a questão social, é a de superestimar a descrição empírica (e os métodos para realiza-la) em detrimento da elaboração teórica. A ciência social assume, assim, um caráter de ciência fotografia, permitindo que a hiper-realidade de seu objeto ultrapasse. (VIANNA, 2008, p.13)

Na mesma linha teórica de pensamento apresenta-se a enfática e elucidativa colocação de Lucia Cortes da Costa:

A necessidade do homem do cotidiano de buscar respostas práticas é condicionada pelas circunstâncias sociais que lhe cobram respostas imediatas. O homem do cotidiano é o homem que dá respostas. Porém esse processo não pode, de forma alguma, ser absoluto, dada a própria diversidade da sociedade moderna. A transcendência do cotidiano também é uma das tarefas que se coloca aos homens, como necessidade prática de nele atuar e de elevá-lo a um nível mais informado. A superação da superficialidade empírica do cotidiano é uma tarefa que os homens realizam ao adotarem uma postura reflexiva frente à vida cotidiana. É pelo distanciamento reflexivo frente ao cotidiano, que o homem o compreende e analisa [...] a superação da imediatividade do cotidiano não é algo definitivo, senão, momentâneo e referente a uma esfera da vida social. O homem que, através das objetivações humano-genéricas, transcende o cotidiano é um homem que também possui o seu nível elementar de vida cotidiana. A suspensão temporária do cotidiano, que leva o indivíduo a colocar-se frente a questões humano-genéricas, é um processo que prevê uma necessária ligação com as necessidades da vida cotidiana. (COSTA, 2001, p.36-37)

A partir disso acrescenta-se então, a espera pela realização da profecia da soberania popular, um paradigma que viabilize a produção humana qualitativa e pautada pelo envolvimento democrático. Assim como se explicou do porque do enigma, justifica-se do porque da profecia, que não é jogada sem razão. Mas sim, por se tratar de um processo, embora se espera, diariamente tem de ser construído, não se realiza a partir da ideia de ociosidade ou realização metafísica/transcendental, mas sim pelo humano, e no presente caso, pelas necessidades, dores e discursos. Assim, parte-se para uma abordagem propositiva desse tal paradigma. Assim, e nesta mesma linha, é a colocação de Lucia Cortes da Costa “o caráter enigmático da realidade começa a ser desvendado quando o pensamento reflexivo consegue capturar a lógica do movimento presente no real” (Costa, 2001, p. 39).

Nessa linha teórica é que se deve orientar e compreender uma dinâmica de políticas sociais, como sendo um constante processo de envolvimento, participação, movimento, e ainda, com permanente abordagem dialético-crítica, confrontando os paradigmas e processos de produção social a análise crítico-reflexiva, bem como uma práxis social.

Na mesma esteira vê-se que a política social preconizada por Potyara Pereira (2009) se vincula em muito a uma dinâmica de envolvimento e cidadania, sem a qual não se pode fazer e construir uma rede de políticas, através de uma *práxis* reflexiva, ou seja, ação e tomada de consciência.

Nesse sentido, necessita que sejam trabalhadas condições básicas que tem, em verdade, fundo material e procedimental, que dizem respeito a concepção de cidadania, democracia e espaço público. Conceitos/condições que não se enumera, tendo em vista que em verdade se interpenetram e interagem constantemente, ou pelo menos assim deveriam.

A partir disto, trabalha-se a ideia de espaço público, espaço da política e de exercício da cidadania, e que é tributário da ideia restrita de democracia no paradigma de sociabilidade e governabilidade ocidental capitalista vigente. Passa-se ou preconiza-se pela criação de processos de alargamento da concepção de democracia através de dinâmicas de participação e desenvolvimento de cidadania genuína que são tecidos a partir de uma efetiva participação social e política, e não meramente determinados por uma delimitação ou definição legal no bojo do paradigma positivista. Assim explicita Vera Regina Pereira de Andrade:

[...] o Estado de direito sedimentou um conceito restrito de cidadania porque traz em seu bojo um conceito também restrito de poder, da política e da democracia. Identificado o poder com o poder político estatal, a política é vista como uma prática específica, cujo lugar de manifestação só poder ser o Estado e as instituições estatais e cujo objetivo só poder ser a ocupação do poder estatal (governo/parlamento). Identificada a democracia como uma forma de regime político, a democracia é reduzida à democracia politico-estatal ou à democratização do Estado. E identificada a cidadania com a representação política, é ela reduzida a um epifenômeno da democracia representativa. (ANDRADE, 2003, p. 69-70)

Com isso, se possibilita o que Bauman (2008) propõe como sendo a refundação da *ágora*⁷, através e com isso o fortalecimento e o respeito do campo do *oikos*⁸ e do alargamento e empoderamento da *eklesia*⁹, remontando a filosofia aristotélica acerca da política.

Neste ponto é valiosa a contribuição de Potyara Pereira para a necessidade desta publicização das questões privadas e da apropriação do espaço público como arena de discussão, de produção e participação política e não o mero espetáculo de questões privadas como tem providenciado a dinâmica hegemonicamente globalizada:

Sendo assim, a realização de tal política exige e reforça a constituição de esferas públicas, isto é, de espaços de todos (e não de ninguém, como também é entendido), nos quais a liberdade positiva seja condição básica para: a participação política e cívica; o exercício da autonomia de agencia e de crítica; e a prática responsável de direitos e deveres. Trata-se, por conseguinte, a esfera pública, de um *lócus* construído social e historicamente, na interconexão entre

⁷ Espaço/ponte de intersecção entre o *oikos* e a *eklesia*, ou seja, entre as questões públicas e privadas, há muito quebrada pela dinâmica liberal-individualista.

⁸ Espaço de desenvolvimento das relações privadas

⁹ Espaço de desenvolvimento das relações e das 'coisas' públicas, da política.

Estado e sociedade; e, como tal, apresenta-se como um campo de conflitos e negociações em que se entrecruzam demandas diferenciadas e se tecem deliberações baseadas em parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento de direitos (PEREIRA, 2009, p. 174-5)

Com esta proposta de refundação e fortalecimento do espaço da política, do respeito ao espaço do privado, da intersecção entre esses campos é possível se vislumbrar um exercício efetivo e real de cidadania. Saindo do grande paradoxo da modernidade liberal que é a efetivação de liberdade através da fragmentação social e afastamento/esvaziamento/restricção do campo da política; e ainda, fugindo também do princípio da abstração e universalidade que são tributários da segmentação e monopolização de espaços de poder social e político através da retórica politico-jurídica de um sistema que só serve para se auto-legitimar e perpetuar.

Viabiliza-se a construção de políticas sociais a partir de processos democráticos, de apropriação do espaço público e de efetivo exercício de cidadania. Produzindo políticas sociais reais e não no plano meramente formal.

Finaliza-se essa abordagem teórica com uma exaltação à luta pelas políticas sociais e a busca de políticas no real sentido do termo atribuído pela ciência, vez que é tarefa de todo indivíduo que pretende ser reconhecido como sujeito e ver alargada a democracia e processos de produção e participação popular:

Contudo, levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana, tendo em vista elevar o padrão de vida das maiorias e suscitar necessidades mais profundas e radicais. Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos. (BOSCHETTI; BEHRING, 2008, p. 190)

Assim, a democracia a cidadania e com elas as políticas sociais são efetivas, quando partirem realisticamente das próprias necessidades e de seus indivíduos que são portadores de saberes plurais, discursos próprios, e sentidos legítimos. Preconiza-se uma participação e espaço político emancipador do sujeito e produtor de alteridade para gestar as próprias estratégias, subvertendo o paradigma autoritário e falacioso da dinâmica liberal gerida pela sua legalidade universal e abstrata. Assim como ainda, propõe Claus Offe, “como fórmula, somente pode ser desafiada por uma esquerda democrática que avance de suas posições defensivas tradicionais e adote novos conceitos, metas e estratégias, cujas linhas gerais atualmente permanecem em grande medida, indefinidas” (OFFE, 1995, p. 317).

Assim é que propõe Lucia Cortes da Costa, retomando o pensamento Lukacsiano, e que enfeixa com a concepção de cidadania e democracia esposada acima e que provoca o pensar um mundo e políticas sociais para além do existente:

O progresso a que Lukács se refere é o do nível ontológico do ser social. Pensar a humanidade como um processo de desenvolvimento. O homem não foi sempre assim como o conhecemos hoje, ele assim se tornou, através dum longo processo de desenvolvimento da espécie. Pensar numa humanidade já pronta é pensar numa perspectiva que desconsidera a história. (COSTA, 2001, p. 37)

Neste sentido, retomando ao filme, se fala em realização da profecia da soberania popular que espera pelos seus realizadores e que tal função reside na

sociedade infantilizada¹⁰ metaforicamente remetendo à sociedade representada pelos protagonistas. E fazendo uma análise justamente desta condição, de protagonismo, deve-se construir um paradigma de políticas sociais que tenha o humano como protagonista e não a dinâmica estrutural e estruturante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, traz-se a proposta de Boaventura de Sousa Santos, acerca do conhecimento científico, para uma ciência pós-moderna (1987; 89) para justificar a construção teórica realizada acima se utilizando de metáforas a fim de ilustrar e procurar enriquecer a análise teórica, bem como para agregar elementos que possibilitem uma reflexão que se pautar pela interdisciplinaridade e ainda, que envolva e entrelace o paradigma científico e o senso comum. Ou ainda, como enfatiza Lucia Cortes da Costa “a maioria dos processos cognitivos do cotidiano funciona através da analogia. O conhecimento básico da vida cotidiana se constrói através das analogias” (COSTA, 2001, p.38).

Neste sentido, que Santos sublinha a importância da utilização de metáforas, analogias e ainda de textos conduzidos por abordagens literárias, mas sobretudo, em claro processo de ruptura epistemológica e transgressiva frente ao paradigma científico e metodológico positivista rígido e objetivo/mecanicista.

A utilização de Boaventura Santos em sede de considerações finais, é no sentido de ressaltar que toda a leitura feita acima acerca do paradigma que permeia a racionalidade moderna, bem como que envolve as estruturas representadas pelas metáforas, e assim, a sua produção de sentido subjaz ao paradigma do capital, do mercado, e que é oriundo da dinâmica positivista, que não se trata puramente de uma procedimentalidade científica, mas sim de um paradigma de sociabilidade e que encontra na mecanicidade científicista a ferramenta justificadora e legitimadora como poder-saber hegemônico.

A par disto, em termos teóricos e de conteúdo, se gostaria de propor, por fim, que a construção de dinâmicas de políticas sociais, como se pretendeu delimitar acima, passa não apenas pela produção social, mas sim e eminentemente pela produção e construção de sentido sociais e científicos que prestigiem a colocação da natureza (e que inclui o humano) como sendo o centro de análise e de ação a partir de uma abordagem qualitativa.

Neste sentido, a construção de um paradigma de política social calcado na produção social qualitativa passa por um processo de tomada de consciência e análise reflexiva, de formação de sentidos alternativos ao que se herdou historicamente e foi produzido no bojo do paradigma científico, social e mercadológico da episteme positivista.

Nesta linha e como propõe Boaventura Santos (1987; 89) que se preconiza neste trabalho, por esta abordagem que busca a interpenetração de ciência e senso comum, como forma de libertação/emancipação do senso comum e democratizar o saber

¹⁰ Adjetivação culturalmente vinculada a ideia de alienação, e que remete a uma concepção de diminuição de capacidade cognitiva e ativa e organizativa.

científico, em uma clara e aberta utilização de metodologia transgressiva. A fim de tentar produzir sentidos alternativos e que se pautem pela construção de uma paradigma de sociabilidade e ciência alternativos, dialogais, plurais e democráticos.

Por fim, em se tratando de políticas sociais, pretende-se que este saber científico-comum propicie e viabilize a construção de políticas sociais de baixo, ou seja, construídas e levadas a cabo pelos próprios envolvidos e destinatários, a partir de estratégias dialogais e participativas e calcadas no envolvimento político social de todas as esferas da produção político-social, procurando romper com as imposições e castrações do mercado, e não ficando meramente atrelado à dinâmica público-estatal e seus condicionamentos e procedimentalidades.

Um paradigma de política social ancorado, prioritariamente, na produção de respostas aos multifacetados discursos/necessidades que são reais e individuais e perversos, e não abstratos e universais como o quer (o faz) a dinâmica moderna.

REFERÊNCIAS

ADANSON, Andrew. **As Crônicas de Nárnia: O Leão, a Feiticeira e o Guarda-Roupa** (trad.). EUA, 2005. 140 min.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A Ilusão da Segurança Jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2008.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 47- 81.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social - Fundamentos e História**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CHIES, Luiz A. Bogo; MOURA, Marcelo Oliveira de. **Introdução ao Daltonismo Jurídico: Por uma episteme de contra-mitologia. Ou: não esperem lágrimas de nós... as receitas não estão aqui!** – Rio de Janeiro: Letra Legal, 2005.

COSTA. Lucia Cortes. **A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento lukacsiano**. In: Revista Emancipação vol. 1 n.1: UEPG, 2001. pp. 37-57.

_____. **Uma discussão humanitária da globalização**. In: Revista Pesquisa e Debate vol. 10. n. 1: PUC/SP, 1999. pp. 30-54.

DI GIOVANNI, Geraldo. **As estruturas elementares das políticas públicas**. In: Cadernos de pesquisa, n. 82. Campinas: Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP), UNICAMP, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. / trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Editora Cortez,

2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000a. (coleção *para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática v. 1*)

_____. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo, Cortez, 2006. (coleção *para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática v. 4*)

_____. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: edições Afrontamento, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **UM NOVO PARADIGMA: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2007.

VIANNA, Maria Lucia T. Werneck. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?** In: Revista Praia Vermelha. vol. 18; n. 1. ESS/UFRJ, 2008.

WOLKMER, Antônio Carlos. **PLURALISMO JURÍDICO: Fundamentos de uma nova cultura do Direito**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1997.

_____. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____; NETO; Francisco Q. Veras; LIXA, Ivone M. **PLURALISMO JURÍDICO: os novos caminhos da contemporaneidade**. São Paulo, Saraiva, 2010.